

ATA Nº 04 – 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1
2 Aos nove dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, às oito
3 horas e trinta minutos sob a presidência da Professora Mary Sylvia Miguel
4 Falcão, realizou-se a terceira Reunião Ordinária na sala do COMED, sito ao
5 Terminal Urbano “Daniel Bini” – Praça Almirante Tamandaré – Sala 02.
6 Contamos com as seguintes representações: 1. Representante na área da
7 Educação do Campo: TITULAR – Maria de Fátima Alves de Lima; 2 .
8 Representante na área dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: TITULAR –
9 Ivanilde Tavares Gomes; 3 . Representante do Ensino Superior: TITULAR –
10 Mary Sylvia Miguel Falcão; 4 . Representante de Pais da Rede Municipal de
11 Ensino: SUPLENTE - Leandro Gonçalves Mendes; 5. Representante da
12 Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral: TITULAR - Bianca Cristina
13 Bastos Pinheiro, SUPLENTE – Manuele Cristina Vidal da Silva; 6.
14 Representante dos Sindicatos dos Trabalhadores em Educação: TITULAR –
15 Ewelín Jamile Alexandre Teodoro dos Santos; 7. Representante do Movimento
16 Interfóruns de Educação Infantil do Brasil – MIEIB: TITULAR – Caroline Lobo
17 Santos de Queiroz; 8 . Representante na área da Educação Infantil: TITULAR -
18 Sueli Alves Rodrigues Geara; 9. Representante do Núcleo Regional de
19 Educação: TITULAR – Janete Lode da Silva; 10. Representante da Câmara
20 Legislativa de Paranaguá: Aze Pereira Martins Coelho e 11. Representante na
21 área da Educação Especial: TITULAR – Josiane Ribeiro. AUSÊNCIAS:
22 Antonella Aparecida da Silva, Lorena Weinfurter Guimarães, Edimar Pereira
23 Neves, Erica Emanuele Pereira Viana, Marisa Pinheiro, Mateus das Neves
24 Gomes, Neuza Antunes dos Santos, Juliana Constantino Gabriel Pereira, Paula
25 da Silva Inácio Pereira. AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Anderson Lima
26 Fernandes, Jussara Ferreira das Neves, Josiane Ribeiro. Para Pauta tivemos
27 os seguintes assuntos: 1. Aprovação das atas de nº 02 e 02/2024; 2. Repasse
28 dos Conselheiros Leandro e Ewelín que estiveram no Encontro da UNCME-PR
29 em Araucária; 3. Repasse dos Conselheiros do GT da Educação Especial. A
30 Presidente Mary deu início à reunião cumprimentando e agradecendo a todos

31 os Conselheiros pela presença. Em conversação foi exposto que os
32 professores têm sorte em ficar doente no fim de semana para não perder sua
33 hora atividade. A hora atividade não é do professor, é do aluno. Mary disse que
34 isto é uma questão de concepção e que discutimos muito isso, pois a hora
35 atividade não é do professor, é do aluno, é da escola. Partindo deste principio
36 discutimos que cada gestão deve fazer esta organização de modo que o
37 professor possa fazer, pois o professor tem direito de tratar de sua saúde e é
38 com o sindicato. A hora atividade na concepção da educação ela é uma
39 condição pra contribuir com o desempenho pedagógico do professor, é
40 essencial para a qualidade da educação. É uma questão muito grave do
41 professor não poder nem adoecer e do professor usar a hora atividade para ir
42 ao médico e esta é uma questão que não podemos resolver pelo COMED.
43 Uma vez que o professor se ausente em sua hora atividade já está tirando o
44 direito do aluno. Esta é uma questão que deve ser resolvida também pela
45 Saúde do Professor e pela questão Sindical também. Isso é perverso. Há
46 profissionais que usam de má fé e este é um grande problema enquanto
47 gestão. A SEMEDI faz o percentual das horas trabalhadas para dar a hora
48 atividade, esta é a Instrução da SEMEDI. Se esta denúncia chega ao COMED,
49 será levada à Secretaria se esta falta está imputando na educação das
50 crianças. Cabe à Prefeitura ir averiguar e esta conversa a Presidente terá com
51 a Secretária de Educação de como isto está sendo feito e a responsabilização.
52 Esta reunião é para tomarmos conhecimento de questões que chegaram e
53 repasses de reuniões anteriores que tivemos principalmente em relação Ao
54 FUNDEB será feito por Leandro e repasse do Encontro da UNCME por
55 Leandro e Ewelín e também repasse do GT da Educação Especial e sua
56 recondução em questão da Deliberação. Foi perguntado se as atas serão
57 aprovadas ou tem alguma consideração. Como ninguém se manifestou,
58 consideram-se aprovadas. A Conselheira Ewelín relatou dois pontos que achou
59 muito importantes sobre a questão da Escola em Tempo Integral e do Sistema
60 SIOIP como funciona e como atua o Tribunal de Contas. Conseguiu contatos de

61 algumas pessoas que poderão ser importantes para este Conselho. Quanto
62 aos recursos, Leandro discorreu sobre a importância dos Conselhos com sede
63 própria, funcionários à disposição. No segundo dia, mostraram sobre o Ensino
64 em Araucária, como é o trabalho, os materiais didáticos são confeccionados
65 na própria Secretaria Municipal de Educação, a merenda escolar não é
66 terceirizada, toda ela é comprada pela prefeitura. Ampliaram recursos.
67 Paranaguá ganhou uma Escola Integral. Há algum tempo a Presidente Mary
68 havia feito a proposição à SEMEDI de que ela produzisse a sua política que é
69 isso que Araucária tem. Por que o Conselho Municipal de Educação tem
70 dificuldades? Porque a Secretaria Municipal de Educação não teve sua política
71 concretizada. Trabalhamos muito mais com ações pontuais do que com uma
72 ação efetiva. Qual é a política da Secretaria? Deve estar sistematizada para
73 que os sujeitos se entendam qual é a proposta política deste governo. Todos
74 os governos têm que apresentar qual é a sua política para a Educação, assim
75 como tem que apresentar sua política para a Saúde.. A política é da educação,
76 é do município porque é ele quem financia., embora tenha a política, ela não
77 está sistematizada para compreensão geral e isso leva a esses diversos
78 entendimentos. Precisamos conversar muito para que a gestão que vier possa
79 ter claro que ela tem que nos dizer a que veio plano de governo. Isto tudo foi
80 dito na época da primeira gestão em 2017 para dar a linha teórica
81 metodológica, quem sabe nas próximas gestões. Isto é um problema de
82 Paranaguá e outros municípios. Quanto ao GT da Educação especial, houve a
83 necessidade da SEMI e da SEMEDI de entender a função do professor de
84 apoio, está difícil de entender, está muito difícil das escolas entenderem, dos
85 pais entenderem que não saem da SEMI exigindo o professor de apoio. Por
86 isso, a SEMI procurou a SEMEDI para entender quem é este profissional de
87 apoio e foi falado que há um grupo do COMED que vai fazer a Deliberação e
88 foi feito em conjunto para que viesse um representante de escola para que nos
89 trouxessem quais eram as demandas e como eles entendiam quem é este
90 professor de apoio. Há escola que tem em uma sala de aula 9 autistas e cada

91 pai quer um professor de apoio para seu filho. Então, decidiram participar com
92 a professora Roseneide e discutir a Deliberação e as discussões estão sendo
93 muito boas. O maior desafio será a desconstrução dos pais. Jamais interferir
94 na construção da Deliberação do COMED. Mary acredita que a grande questão
95 é que tanto as discussões deles e nossas esbarram na mesma questão porque
96 ninguém pode fazer nada se não tiver uma Deliberação, mas uma Deliberação
97 que pressuponha uma concepção. Esta foi a conversa com a Professora
98 Roseneide que não adianta fazer uma Deliberação se eu não tiver claro quem
99 é o autista, quem é o superdotado. Eu preciso compreender este indivíduo para
100 compreendê-lo no universo educativo e pedagógico desta criança. Por isso
101 esbarraram nesta impossibilidade porque não temos nada neste sentido e
102 chegou ao limite. A Professora Roseneide também não estava entendendo e
103 numa conversa ela e a professora Mary chegaram a compreensão de que esta
104 Deliberação é que dará o parâmetro. É extremamente necessário e tivemos
105 outras demandas, por isso a demora e no mês de julho teremos que trabalhar
106 com o Plano Municipal de Educação, são muitas demandas. Agora fica claro
107 tanto para a SEMI quanto para todos de que temos de ter claro esta concepção
108 dessa necessidade e todos estão contribuindo. É a Deliberação que dará um
109 parâmetro e a partir dela é que as instruções serão feitas pela SEMEDI. A
110 Educação Especial vai terminar como uma boa Deliberação a partir da
111 possibilidade de atender ao pai e não ao aluno. Vamos atender a criança. É a
112 desconstrução de uma sociedade que hoje visa só os direitos e que introduziu
113 o direito de uma forma deturpada deste profissional de apoio. Nossos
114 profissionais não têm esta visão. Deixar claro na Deliberação os conceitos de
115 transtornos, as dificuldades. Hoje temos crianças com TDAH com professor de
116 apoio. O TDAH é um direcionamento pedagógico porque a rede não tem claro
117 o que seja a Educação Especial. A Conselheira Bianca discorreu que a
118 mudança só vai acontecer com capacitações aos professores, porém são
119 ofertadas e os professores não querem. A ITAIPU está ofertando curso de Pós
120 Graduação em Educação Especial e nosso município foi contemplado e nossos

121 professores não procuram, é um programa nacional. A professora Mary
122 comunicou que a UNESPAR Campus Paranaguá está ofertando uma segunda
123 licenciatura em Educação Especial para todos os profissionais que tenham já
124 licenciatura, é uma proposta da CAPS e a Universidade concorreu a um Edital,
125 inclusive o Conselho pediu à Secretária Tenile que escrevesse uma carta
126 pedindo e explicando sobre a importância da necessidade deste curso. Tudo
127 isto para poder desconstruir a idéia de que este indivíduo é incapaz e ele é
128 capaz na sua possibilidade. Mary acredita que um ponto alto da nossa gestão
129 aqui será esta Deliberação porque isso é um nó, até porque não houve antes
130 esta discussão, este debate e isto já deveria ter sido feito há muito tempo neste
131 Conselho porque necessariamente estas práticas que estão sendo colocadas
132 são porque não tem um norte para deliberar sobre isso. A Conselheira Janete
133 argumentou que após a Lei da Inclusão deveria ter sido atualizada a
134 Deliberação e também uma Instrução normativa para orientar tanto os
135 gestores, pedagogos e conseqüentemente os professores. Segundo a
136 professora Mary, uma proposta é que juntassem a SEMI, a SEMEDI e o
137 COMED que chamassem os pais destas crianças pra que conversem sobre a
138 perspectiva da autonomia da criança portadora de necessidade, é isso que
139 deveremos fazer formar estes pais ao invés de brigar com eles. O pai que não
140 estiver disposto a participar sentimos muito, o que não podemos é deixar de
141 ofertar esta formação aos pais e conscientizá-los que a educação não é
142 depósito, nós já temos problema sério e não podemos deixar isso na política de
143 inclusão, já temos uma escola de educação especial que é uma cultura errônea
144 e para reverter aquela cultura será difícil e diz isso porque ela própria tem dois
145 filhos, uma cadeirante com deficiência intelectual e outro que é bipolar e
146 nenhum dos dois nunca precisaram de apoio, nem a cadeirante. Precisa da
147 compreensão da família de que ele é capaz, precisa de uma compreensão da
148 escola de que ele é capaz. Precisamos trabalhar na aceitação do outro e aí
149 precisamos que esse profissional também compreenda que esse indivíduo é
150 capaz porque a grande preocupação que a gente tem hoje é tratar o outro

151 como capaz. Já tivemos uma lei, a 5692 em que todos os objetivos eram
152 “tornar o aluno capaz de’, quer dizer o indivíduo é incapaz? Vai ser capaz a
153 partir de mim? Estamos voltando pra isso porque a BNCC também vem muito
154 com essa lógica, só que agora é “o professor deverá ser capaz de” parte do
155 princípio que o professor é incapaz. Então, temos que começar a jogar isso
156 muito claro, discutir sobre isso, a falar sobre isso para que percebamos que os
157 sujeitos devem continuar sendo trabalhados desde dentro de casa. A
158 Professora Mary tem disse à Conselheira Bianca da importância de buscar um
159 profissional da área da Saúde que tenha esta leitura e esta clareza pedagógica
160 da autonomia da criança portadora, nem que traga de fora este profissional,
161 mas temos que nos cercar porque há uma medicalização dessa criança, temos
162 que cortar isso, temos que chamar o pedagógico pro lugar dele que é o lugar
163 das mediações e a gente tem que chamar a outra secretaria pra entender que
164 ela vai construir por fora da educação essas mediações necessárias porque a
165 SEMI não pode agarrar também na educação, é um apoio. A Conselheira
166 Bianca disse que tudo isto é extremamente importante e que nos últimos
167 congressos que estiveram e participaram alguns artistas dos Estados Unidos
168 e sempre colocaram isso, os pais também colocaram dos entraves. Então
169 perceberam que os pais de outros locais do país que lá estavam já não têm
170 mais esta visão que nós aqui ainda temos, estão muito a nossa frente. Nós
171 temos que desconstruir, informação é tudo. A própria legislação não fala desse
172 professor de apoio, quando saiu a onda no Brasil que todo autista tem que ter
173 professor de apoio, não é, é o apoio especializado, o AEE e não esse apoio
174 errôneo. A Conselheira Janete disse que vê muitas vezes estas informações
175 equivocadas que chegam até eles e que se colocam a disposição porque a
176 rede estadual tem uma instrução normativa e seguem isso a risca e quando os
177 pais vão até o NRE são atendidos e instruído, mas muitas vezes por trás disso
178 tudo há envolvimento de garantias, privilégios financeiros pago pelo governo.
179 As questões de mães que querem fazer com que seus filhos não tenham
180 autonomia, não sabem o prejuízo que estão fazendo para o próprio sujeito,

181 para o próprio filho. Todos estes problemas em relação ao professor de apoio
182 implicam em contratações, em salários, em piso salarial e envolve todos os
183 profissionais da rede municipal de ensino. Quando penso política, penso pelo
184 financiamento. O Conselheiro Leandro pediu a palavra e relatou que seu filho é
185 autista, estuda no CMEI “Denise Alboitt” antes dele entender de um mínimo de
186 lei, ele é pai. Não quer que seu filho seja excluído, quer que seu filho se
187 desenvolva, além dos pais não terem orientações quando recebem o laudo se
188 questionam se seu filho será incapaz o resto da vida, este é o primeiro
189 pensamento, um pensamento mútuo. A articulação da SEMI tem que ser
190 pedagógica. A professora Mary gostaria de chamar atenção sobre um outro
191 assunto que é sobre o FUNDEB. O Conselho do FUNDEB nos procurou pra
192 trazer relatório, pra trazer as questões e as ressalvas que vieram. Leandro é
193 nosso Conselheiro lá. Mary tem dito há bastante tempo que o COMED é o
194 único Conselho que fiscaliza toda a educação e inclusive o financeiro e aquilo
195 que não é da competência do FUNDEB porque este tem sua competência
196 também reduzida, ela pode ser feita pelo COMED. No de sua gestão, Mary foi
197 conversar para que se trabalhasse de forma conjunta, numa sinergia de ações
198 e que não foi bem compreendido pelo FUNDEB achando que um conselho
199 estava se sobre pondo ao outro quando ele é Câmara deste Conselho e muitos
200 municípios adotam isso. Como não temos esta Câmara aqui dentro, dois
201 conselheiros nossos estão lá e o papel dos Conselheiros lá era justamente
202 pedir estes relatórios que não vieram e a análise foi impossibilitada até porque
203 de lá pediríamos pra cá para ver o laudo que foi feito da aplicação destas
204 verbas e também chancelaria. Então não foi feito por isso e entrou como
205 ressalva que as fontes 103, 104 e 107 não forma fiscalizadas. Queria chamar
206 atenção daqui porque tanto a dificuldade do Conselho de compreender e tanto
207 do município de entender que poderia enviar porque temos dois conselheiros
208 dentro daquele Conselho, nós não temos uma Câmara é que estes recursos
209 deveriam ter sido enviados para lá e é de lá que os nossos Conselheiros fazem
210 esta ponte. Por isso as ressalvas que ficaram e elas são válidas, são reais e

211 achou que poderia mandar ao Tribunal de Contas dizendo isto, mas já está
212 posto. A Professora Mary falou em reunião ao FUNDEB que quando propões a
213 eles uma sinergia de ações, não era pra depois vir contar o que descobriram
214 porque ela já sabia que eles não poderiam fiscalizar, já havia avisado que eles
215 não poderiam fiscalizar, mas acharam que este Conselho estava se
216 sobrepondo ao outro quando não, a competência deles é limitada por
217 especificidades e a nossa é da totalidade dos recursos e que bom que agora
218 estiveram aqui para entender o que ela foi falar lá no começo que é limitado ao
219 FUNDEB, mas não quer dizer que tem verba da educação que é livre. Era isso
220 que ela gostaria de relatar aqui aos Conselheiros, a ressalva é real e o
221 município também tem uma compreensão equivocada de verba livre e é isso
222 que o município também tem que repensar, são 25% (vinte e cinco por cento)
223 e todos são fiscalizados, além das transferências e constitucionais e
224 transferências mediatas. Precisamos sentar com o Secretário de Finanças do
225 município, Contador, advogado, todo mundo e dizer que estão equivocados,
226 isso não existe e se o Conselho efetivar isso aí vai ser mais complicado ainda
227 para o município. A Professora Mary ressaltou que isto é uma cultura
228 equivocada do município e que antes não tinha um COMED que sabia destas
229 questões e não é uma cultura somente de Paranaguá, é de Secretários de
230 Finanças, porque a verba da Educação não fica na Educação, é uma cultura
231 dentro das gestões e compreendem que é só aquilo. O Conselho não é
232 adversário, mas sim aquele que contribui e estas coisas quando não escutadas
233 pelo Conselho vão bater onde fiscaliza efetivamente. Então, temos que mudar
234 esta cultura também dos secretários, dos contadores, do pessoal que lida com
235 recursos. Eu sempre disse que não tem recurso livre, não existe isso. Para o
236 Tribunal de Contas não existe recurso livre. Os outros conselhos não fizeram
237 este movimento, mas aqui a gente fez o COMED aqui também não tinha
238 clareza nisso e eu falei que bom que vocês vieram agora porque vocês
239 esbarraram na limitação de vocês por isso que temos dois acentos lá não por
240 acaso, estas questões são importantíssimas para percebermos. A Professora



241 Mary deu por encerrada a reunião. Nada mais havendo a registrar, eu, Ana
242 Cristina de Campos Martins, Secretária Geral do COMED lavro a presente ata
243 a qual vai assinada por mim, pela Presidente e demais presentes. Esta ata foi
244 aprovada no dia quatro de julho de dois mil e vinte e quatro durante a quarta
245 Reunião Ordinária. _____
246 _____
247 _____
248 _____
249 _____.

